CAMPANHA SALARIAL 2018

Afronta: patrões ignoram reivindicações dos trabalhadores e apresentam pauta que acaba com inúmeros direitos

Numa afronta aos trabalhadores de Minas Gerais, a patronal, ao invés de apresentar uma contraproposta às justas reivindicações dos trabalhadores, aprovadas em assembleias realizadas em todo o Estado, pelos sindicatos que integram a Campanha Salarial Unificada de 2018, apresentou na terceira reunião de negociação, realizada no último dia 7, em Belo Horizonte, sua própria pauta, que atenta contra diversos direitos dos vigilantes.

Os patrões, propuseram aos sindicalistas acabar com importantes direitos garantidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), como, por exemplo, deixar de oferecer o plano de saúde e a cesta básica a parte da categoria; oferecer um plano de saúde com menor qualidade de atendimento; retirar benefícios de vigilantes intervalistas; deixar de oferecer o plano de saúde nos primei-

ros 60 dias de contratação para o titular e conceder o benefício aos dependentes somente após 90 dias; aumentar para 20% o desconto referente ao tíquete refeição; e acabar com a obrigatoriedade do pagamento de multa de 40% em caso de troca de contrato.

Não bastasse, a patronal pretende se recusar a fornecer ao Sindicato documentos importantes para a realização do acerto dos trabalhadores na entidade, como o PPP e a carta de apresentação - com a reforma trabalhista, agora as empresas não são mais obrigadas a homologarem as rescisões no Sindicato.

A patronal também quer excluir os direitos dos instrutores das escolas de formação de vigilantes que constam na Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes; reduzir a estabilidade no emprego dos trabalhadores em vias de aposentadoria, dos atuais

18 meses para 6 meses; e ter o direito de dispensar os trabalhadores que não obtiverem êxito na primeira tentativa de se aposentar.

Os patrões querem, ainda, facilidade para acabar com a escala de trabalho de 12 X 36 horas; compensar as horas extras com folgas em até um ano após a realização das extras pelos trabalhadores; acabar com a obrigatoriedade de pagar os feriados; acabar com a hora de almoço, ou seja, reduzi-la ao menor tempo possível, que, conforme a nova legislação trabalhista, pode ser de apenas meia hora; inibir o trabalhador doente de ir ao médico e obter um atestado; além de incluir na Convenção a jornada intermitente, que reduz os salários dos trabalhadores.

“Nas primeiras reuniões de negociação, os patrões demonstraram uma abusividade nunca antes vista, no sentido de investir

contra os direitos dos trabalhadores, respaldados na nova legislação trabalhista, que entrou em vigor no dia 11 de novembro. Mas, não podemos nos deixar intimidar e nem baixar a cabeça. Temos que resisitir e lutar com todas as forças pela manutenção dos direitos

conquistados e avançarmos ainda mais. Para tanto, convocamos a todos os trabalhadores a se mobilizarem, se unirem a seus sindicatos e participarem das assembleias que serão realizadas nos próximos dias”, disse o presidente do Sindicato, Edilson Silva.

ASSEMBLEIAS

BELO HORIZONTE

Dia: 21.12.2017. Horários: 8h e 19h.
Local: Sede do Sindicato
(Rua Curitiba, 689, 9º andar, Centro).

IPATINGA

Dia: 20.12.2017. Horário: 19h.
Local: Subsede do Sindicato
(Rua Caxambu, 50, Centro).

POUSO ALEGRE

Dia: 20.12.2017. Horário: 19h.
Local: Subsede do Sindicato
(Rua Marechal Deodoro, 524, Centro).

Trabalhadores devem ficar vigilantes para impedir a reforma da Previdência

O Sindicato convoca a todos os vigilantes para que se mantenham mobilizados contra a reforma da Previdência, que poderá ser votada na Câmara dos Deputados nos próximos dias.

No último dia 5, a diretoria do Sindicato e trabalhadores participaram da grande manifestação do Dia de Atos e Protestos em Defesa da Aposentadoria, realizada no centro de Belo Horizonte, organizado pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), entidade à qual o Sindicato é filiado, juntamente com as demais centrais sindicais.

Assim como a reforma trabalhista, empurrada goela abaixo dos trabalhadores pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB), que entrou em vigor no dia 11 de novembro e já está produzindo efeitos nefastos sobre os direitos trabalhistas, a reforma previdenciária, se aprovada, será mais um duro golpe para os vigilantes, como ocorreu em

1995.

Naquele ano, a categoria passou por uma experiência extremamente negativa, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) retirou dos vigilantes a aposentadoria especial. Na época, muitos pensavam que a medida não seria prejudicial aos trabalhadores, mas, hoje, o que se constata é que os vigilantes com mais de 55 anos estão enfrentando enormes dificuldades para se aposentar, devido aos prejuízos causados pela reforma daquele ano.

A reforma proposta agora por Temer é ainda pior do que a realizada em 1995, pois retira a possibili-

dade de quem já tem direito adquirido, ou seja, que trabalhou durante 25, 30, 35 anos, de se aposentar.

Para impedir que a reforma da Previdência seja aprovada, até a votação no Congresso Nacional, a CTB e seus sindicatos filiados em todo o Brasil vão manter a mobilização e a resistência.

As entidades têm alertado os deputados e senadores sobre os prejuízos que a reforma da Previdência poderá acarretar sobre os direitos dos trabalhadores e exigido que votem contra o projeto. Nesse sentido, conta com o apoio e participação de todos os trabalhadores.

Estatuto da Segurança Privada pode ser votado no Senado ainda este mês

O Senado deverá votar, a qualquer momento, o projeto Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada. O projeto ganhou regime de urgência no final de novembro e encontra-se na pauta de votação. Aprovado em 2016 pela Câmara dos Deputados, a proposta traz ganhos significativos para a categoria, principalmente no que diz

respeito à geração de emprego, valorização e reconhecimento dos trabalhadores e à segurança. O texto contém, ainda, avanços como a obrigatoriedade de porta giratória e divisória entre a fila e a bateria de caixas nas agências bancárias. Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais acompanhará de perto a votação no Senado e informará à categoria em seu site (www.ovigilante.org.br) e Facebook.

Segunda parcela do 13º salário deve ser paga até 20/12

Terminou, no último dia 10 de dezembro, o prazo para as empresas efetuarem o pagamento do 13º salário a seus empregados em parcela única. As empresas que optaram

pelo pagamento dividido em duas parcelas, e pagaram a primeira no dia 30 de novembro, devem quitar a segunda até o dia 20 de dezembro. Caso não tenham recebido a primeira parcela

no dia 30 de novembro ou a parcela única em 10 de dezembro, o trabalhador deve denunciar o fato imediatamente ao Sindicato para que as providências sejam tomadas.